



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência a Ministra Adjunta e dos
Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Nº: 134
ENT.: 339

SUA COMUNICAÇÃO DE
26-01-2023

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 937/2023
ENT.: 1275/2023
PROC. Nº: 696/2022

DATA
03-02-2023

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 1074/XV/1.^a, de 25.01.2023 do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) - Localização do novo polo do Centro de Estudos Judiciários

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Ferraz

PS/OC



NOTA

Assunto: Resposta à Pergunta n.º 1074/XV/1.ª, de 25.01.2023 do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) - Localização do novo polo do Centro de Estudos Judiciários

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, questiona o Governo, através da Senhora Ministra da Justiça, nos seguintes termos:

- 1. Quais são as razões e critérios objetivos que presidiram à escolha da localização do novo polo do Centro de Estudos Judiciários?*
- 2. Que razões justificam a opção por Vila do Conde, uma cidade do litoral do país, em detrimento de uma cidade localizada no interior, como Viseu?*

*

A localização de um dos polos formativos do Centro de Estudos Judiciários no norte do País foi uma prioridade do Ministério da Justiça desde o início da presente legislatura.

Tendo em vista a concretização desse propósito, foram realizadas visitas a várias localizações que foram sinalizadas como tendo potencial para acolher tal estrutura.

Foram ponderados diversos critérios objetivos, como a adequação das áreas e dos espaços à missão do Centro de Estudos Judiciários e às características da sua atividade formativa, as acessibilidades e mobilidade da rede de



transportes, as acessibilidades internas dos edifícios, a disponibilidade imediata dos espaços, bem como a necessidade de realização de intervenções/obras.

Considerando os critérios objetivamente definidos e as diligências realizadas foi tomada a decisão de proceder à instalação do novo polo formativo do Centro de Estudos Judiciários em Vila do Conde.

Lisboa, 3 de fevereiro de 2023

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça